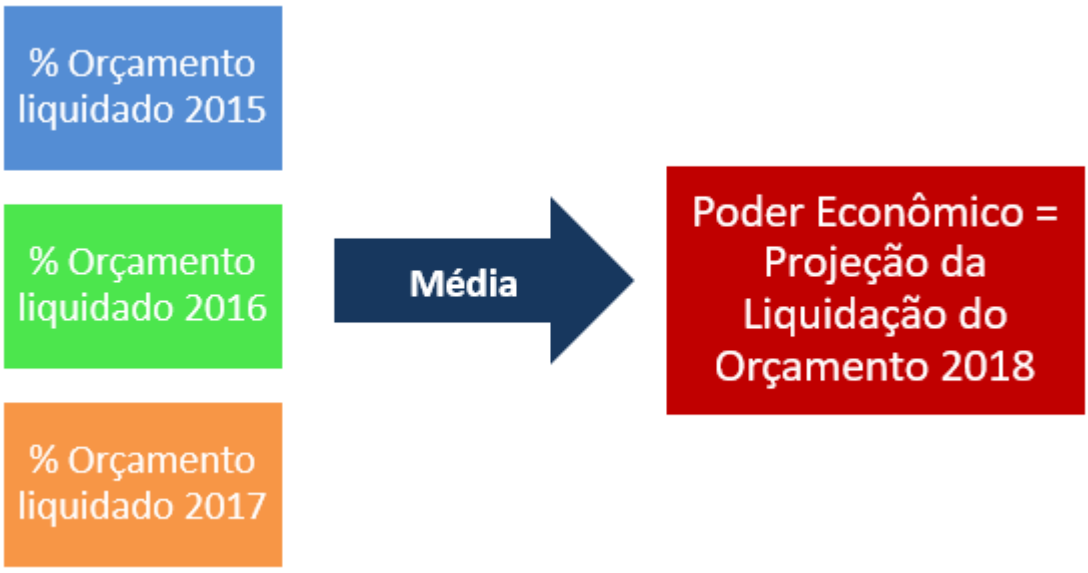
Detalhamento da metodologia de cálculo do Poder Econômico

1. A escolha do Poder Econômico como um dos fatores de risco que influenciam a exposição a fraude e corrupção nas instituições públicas federais teve origem no estudo "Desvios Éticos: risco institucional", editado pela Comissão de Ética Pública da CEP. Esse trabalho apontava o Poder de Compra como um dos fatores que aumentavam a susceptibilidade de ocorrência de desvios éticos nas instituições (valores relacionados a aquisições dos órgãos). Para a presente auditoria, ampliamos esse conceito para Poder Econômico de forma a incluir as transferências voluntárias realizadas pelas instituições, uma vez que também são processos de disposição de recursos financeiros.

2. De forma geral, considerou-se como Poder Econômico o somatório de recursos que o órgão ou entidade pública dispõe para promover contratações de bens e serviços, assim como a disponibilidade numerária para transferências voluntárias para estados, municípios e entidades privadas. Dentro desse entendimento, foram selecionados, com base no Orçamento Geral da União (OGU) e no Plano de Dispêndios Globais (PDG), os valores destinados aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

3. Para os integrantes do OGU, o valor foi calculado a partir das planilhas de dados orçamentários disponíveis no site da Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Foram estudados os valores liquidados nos anos de 2015, 2016 e 2017 e projetada a liquidação do orçamento de 2018, conforme demonstrado na Figura . Para os integrantes do PDG não foi possível fazer essa projeção por falta de dados das despesas liquidadas, tendo sido utilizado o valor constante no PDG.

Figura 1 – Cálculo do Poder Econômico para integrantes do OGU



4. A Tabela 1 lista todas as rubricas utilizadas para o cálculo do Poder Econômico no OGU e no PDG. Tais escolhas procuraram refletir os dispêndios mais sujeitos ao crivo discricionário do gestor e, portanto, escolhas mais sujeitas aos interesses espúrios. Dispêndios com pessoal ou serviço da dívida, por exemplo, não são considerados, nesse caso, pois não haveria muita facilidade de o corrupto ou fraudador exercer influência sistêmica danosa sobre esses dispêndios.

Tabela 1 – Lista de Rubricas Usadas no Cálculo do Poder Econômico

OGU (rubricas escolhidas)	
Natureza da Despesa	3 – outras despesas correntes; 4 – investimentos; 5 – investimentos financeiros.
Modalidades	30 – transferências a Estados e ao Distrito Federal 40 – transferências a Municípios 50 – transferências a entidades privadas sem fins lucrativos; 60 – transferências a entidades privadas com fins lucrativos; 90 – aplicações diretas; 91 – aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social
PDG (rubricas escolhidas)	
Descrição de dispêndios	222000 – investimentos no ativo imobilizado; 223000 – inversões financeiras; 242000 – materiais e produtos; 243000 – serviços de terceiros; 244000 – utilidades e serviços; 249000 – outros dispêndios; 249200 – locação de equipamento de tecnologia da informação; 822000 – investimentos no ativo imobilizado; 823000 – inversões financeiras; 842000 – locação de equipamentos de tecnologia da informação; 843000 – serviços de terceiros; 844000 – utilidades e serviços; 849000 – outros dispêndios correntes.